

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONVENENTE DE QUE ESTÁ
DEVIDAMENTE ENQUADRADO NOS LIMITES CONSTITUCIONAIS DE
GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE, BEM COMO NOS LIMITES DE
DÍVIDA CONSOLIDADA, OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INCLUSIVE POR
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA E DESPESA TOTAL COM PESSOAL**

(PAPEL TIBRADO DA PREFEITURA MUNICIPAL)

Visando atender ao Decreto Estadual nº 9.266/2004, às exigências da Lei Complementar nº 101/2000 e NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 001/2025 exarada pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia e Ministério Público do Estado da Bahia eu, XXXXXXXXXXXXXXXX, na qualidade de Prefeito(a) Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, declaro para os devidos fins de direito que a Prefeitura Municipal, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX e sediada à (endereço da prefeitura), sob as penas do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, está enquadrada nos limites constitucionais de gastos com educação e saúde, bem como nos limites de dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e despesa total com pessoal, determinados pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

Município, ___ de _____ de 2025.

Prefeito(a) Municipal